

Mal começamos a subir a montanha... evidências, sinalizações e lições para as políticas alimentares

24.03.2020

Mal começamos a subir a montanha – como se refere o Ministro da Saúde ao falar da disseminação da Covid-19 no Brasil – e já temos algumas evidências, sinalizações e lições.

Dentre as evidências, já temos diversos casos de agricultores familiares que estão encontrando dificuldades para comercializar seus produtos. Feiras foram fechadas, outras viram o público reduzir drasticamente, assim como em restaurantes, ou ainda outros locais públicos de alimentação; muitas prefeituras suspenderam as aquisições de alimentos da agricultura familiar destinadas para a alimentação escolar e muitos agricultores familiares estão encontrando dificuldades para comercializar em virtude da paralisação de atividades sociais e econômicas, ou de dificuldades de deslocamentos.

Dentre as sinalizações, as mudanças recentes apontam para o aumento da vulnerabilidade social e da insegurança alimentar e nutricional em virtude da suspensão das aulas nas escolas (e, portanto, da alimentação escolar), do fechamento de restaurantes populares, do aumento do desemprego e das demissões em massa que tendem a ocorrer, das fragilizações em direitos estabelecidos, em especial após a publicação da Medida Provisória nº 927 (MP).

E, dentre as lições, temos visto a importância de se manter e fortalecer políticas públicas de abastecimento e de alimentação. Gostaríamos de chamar a atenção para uma delas em particular: o Programa de Aquisição de Alimentação (PAA). Criado em 2003, o PAA reúne a garantia de comercialização para os produtos da agricultura familiar com a promoção da segurança alimentar e nutricional. Em 2012 – ano de maior expressividade do Programa -, o PAA articulou a compra de alimentos de 185 mil agricultores familiares, localizados em todo o país, com ações alimentares para quase 24 mil entidades socioassistenciais que, por sua vez, faziam os alimentos chegarem a diversos indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social. Tudo isso, usando menos de R\$ 850 milhões de reais, e distribuindo alimentação saudável, de qualidade e coerente com os hábitos alimentares locais, fortalecendo o abastecimento de alimentos em nível local e contando com o protagonismo das organizações de produção da agricultura familiar.

A situação que o país está vivendo exige medidas urgentes! O Governo Federal precisa reativar e potencializar o PAA, sobretudo a modalidade de Doação Simultânea. Em um contexto de crise social e econômica, iniciativas como essa devem ser potencializadas: o mesmo recurso produz efeitos na agricultura familiar e na redução da fome. Vamos aproveitar a experiência acumulada com uma política pública que deu certo e responder de forma imediata às demandas que (sempre estiveram presentes e) serão crescentes. A urgência da situação demanda atuação da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) na retomada da compra direta e emergencial da agricultura familiar com ações de doação simultânea. Da mesma forma, torna-se urgente o fortalecimento da modalidade de doação simultânea operacionalizada por governos municipais e estaduais. Esses estão mais próximos dos territórios e tem mais possibilidades de atuar na

urgência que é demandada, assumindo o acompanhamento da qualidade dos produtos ofertados, possibilitando e valorizando a produção artesanal da agricultura familiar, em especial das mulheres agricultoras. Também destacamos a importância dos governos estaduais e municipais igualmente potencializarem e construir instrumentos de aquisição de alimentos da agricultura familiar para as ações de segurança alimentar e nutricional. Novamente destacamos: com o mesmo recurso, garantimos renda para a agricultura familiar e promovemos a segurança alimentar por meio do acesso a alimentos saudáveis, tal como orienta o Ministério da Saúde, por meio da Política Nacional de Alimentação e Nutrição e do Guia Alimentar da População Brasileira (a urgência da situação não deve ignorar a importância do consumo de alimentos *in natura*, pouco processada e de base agroecológica, evitando os produtos ultraprocessados).

Dentre as lições, também poderíamos falar da importância de órgãos governamentais para coordenação, regulação e promoção do abastecimento alimentar, como tivemos com a Superintendência Nacional de Abastecimento no início dos anos 1960. A história já tinha nos mostrado isto, mas as lentes neoliberais a partir dos anos 1980 ofuscaram sua importância e trataram de transparecer a competitividade como a nova imagem do mundo. Mais recentemente também escutamos afirmações de que não fazia mais sentido ter a Companhia Nacional do Abastecimento, que os mercados (por si só) já garantiam o abastecimento alimentar... O crescimento da fome e da pobreza no país nos anos recentes, a pandemia do sobrepeso e obesidade com suas repercussões na saúde pública, as ameaças alimentares com as mudanças climáticas, e as dificuldades de acesso aos alimentos saudáveis já colocavam a alimentação na agenda do dia. Agora, agravada a situação, é o momento de (re)colocar a alimentação e as políticas alimentares no seu devido lugar, como algo estratégico para o desenvolvimento do país!

Catia Grisa

Professora e pesquisadora da UFRGS

GEPAD (Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Alimentação, Agricultura e Desenvolvimento)

Silvio Porto

Professor e pesquisador da Universidade Federal do Recôncavo baiano, e atuou mais de 20 anos com políticas públicas de abastecimento alimentar e SAN